CURRICULUM VITAE

A) IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

Domingos Soares Farinho

B) HABILITAÇÕES E EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA

B.1) HABILITAÇÕES

LICENCIADO EM DIREITO PELA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, EM 2000, COM A MÉDIA FINAL DE 16 VALORES.

FREQUÊNCIA DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS, NA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA, 2001-2003, TENDO CONCLUÍDO A PARTE CURRICULAR COM A MÉDIA DE 17 VALORES.

DOUTOR EM DIREITO PELA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (RAMO DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS, ESPECIALIDADE EM DIREITO ADMINISTRATIVO), EM 2013, COM A DISSERTAÇÃO INTITULADA "DIREITO ADMINISTRATIVO FUNDACIONAL - ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO: CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA INFLUÊNCIA DO CONCEITO NORMATIVO DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE O ESPECTRO DE ADMINISTRATIVIDADE DO DIREITO FUNDACIONAL

PORTUGUÊS", COM A NOTA FINAL DE "APROVADO COM DISTINÇÃO" (17 VALORES).

B.2.) EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA

ASSISTENTE-ESTAGIÁRIO NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA ENTRE OUTUBRO DE 2001 E SETEMBRO DE 2013, TENDO LECCIONADO AS DISCIPLINAS DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO, CIÊNCIA POLÍTICA E DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CONSTITUCIONAL II, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO ADMINISTRATIVO I E II, DIREITO DO AMBIENTE, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E DIREITO DA

CONTRATAÇÃO PÚBLICA.

PROFESSOR AUXILIAR NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, DESDE OUTUBRO DE 2013, NA ÁREA DE DIREITO ADMINISTRATIVO (LICENCIATURA), DIREITO PRIVADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (MESTRADO), GOVERNANCE ADMINISTRATIVA (MESTRADO) DIREITO CONSTITUCIONAL (MESTRADO), DIREITOS FUNDAMENTAIS (LICENCIATURA),

DIREITO DO URBANISMO (LICENCIATURA/REGÊNCIA)

C) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• ADVOGADO-ESTAGIÁRIO, ENTRE AGOSTO E DEZEMBRO DE 2000, NA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ALBUQUERQUE E ASSOCIADOS.

• ASSESSOR JURÍDICO, ENTRE JANEIRO DE 2001 E ABRIL DE 2002, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE

ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, MESTRE RUI PEREIRA.

• ADVOGADO-ESTAGIÁRIO, ENTRE JUNHO E NOVEMBRO DE 2002, NA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

LINKLATERS, ESCRITÓRIO DE LISBOA, ONDE CONCLUIU O ESTÁGIO DE ADVOCACIA DA ORDEM DOS

ADVOGADOS.

CONSULTOR JURÍDICO, ENTRE MARÇO E DEZEMBRO DE 2003, NO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO DA

SONAECOM.

ADVOGADO, ENTRE NOVEMBRO DE 2004 E ABRIL DE 2005, NA SOCIEDADE DE ADVOGADOS BARROCAS,

SARMENTO, NEVES & ASSOCIADOS, ESPECIFICAMENTE NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

na área da Saúde.

Adjunto, entre abril de 2005 e março de 2008, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto

DO PRIMEIRO-MINISTRO, MESTRE FILIPE BAPTISTA.

Diretor-Geral do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, do Ministério da

Justiça, entre abril de 2008 e setembro de 2011, cujas atribuições incluíam a prossecução

da política governamental para as áreas dos Julgados de Paz, mediação pública, arbitragem

INSTITUCIONALIZADA E ACESSO À JUSTIÇA.

Sócio, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2015, da Terceiro Quadrante - Soluções de

CONSULTORIA, LDA, UMA CONSULTORA ESPECIALIZADA NO TERCEIRO SECTOR/SECTOR NÃO-LUCRATIVO.

• ASSOCIADO CONSULTOR DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, VIEIRA DE ALMEIDA E ASSOCIADOS, SOCIEDADE

DE ADVOGADOS, RL, ENTRE MARÇO E OUTUBRO DE 2016;

Advogado em prática autónoma desde março de 2017.

D) EXPERIÊNCIA ARBITRAL

Arbitragens em que participou:

Como árbitro presidente ou único: CAAD

• Como coárbitro:

Como advogado:

Áreas e setores preferenciais:

Rua dos Aranhas nº 26, 9000-044 Funchal Tel.: +351 291 148 194

Direito Público, em especial Direito Administrativo: direito administrativo geral, direito

do urbanismo, direito regulatório (em especial em contexto digital e de

telecomunicações), direito da proteção de dados.

Direito do Setor Social, com especial para o direito fundacional e associativo.

E) PUBLICAÇÕES E CONFERÊNCIAS

E.1.) PUBLICAÇÕES

· A Suspensão de Eficácia dos Actos Administrativos em Acção Popular in Revista da Faculdade de

DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, VOL. XLII - N.º 2, COIMBRA, COIMBRA EDITORA, 2001;

· EM TERRA DE NINGUÉM - DA INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DE OBRAS EM TERRENOS EXPROPRIADOS - AC. DO STA

DE 24.01.2001, P. 41 624 IN CADERNOS DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, N.º 49, JANEIRO/FEVEREIRO 2005;

· As regras de recrutamento parlamentar partidário em Portugal in Revista da Faculdade de

DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, VOL. XLVI - N.º 1, COIMBRA, COIMBRA EDITORA, 2005;

· Intimidade da vida privada e Media no ciberespaço, Coimbra, Almedina, 2006;

· Para além do Bem e do Mal: As fundações público-privadas in Estudos em homenagem ao

PROFESSOR DOUTOR MARCELLO CAETANO, COIMBRA, COIMBRA EDITORA, 2006;

· Todos têm direito à Liberdade de Imprensa? In Jurisprudência Constitucional, n.º 12, Outubro-

DEZEMBRO 2007;

· O Direito Fundamental de Fundação: Portugal entre Espanha e Alemanha in Estudos em

HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR SÉRVULO CORREIA, VOL. I, WOLTERS KLUWER/COIMBRA, COIMBRA,

2010;

· ALGUMAS NOTAS SOBRE O MODELO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE ARBITRAGEM ADMINISTRATIVA (CAAD) IN

Arbitragem no Direito Público. Centro de Arbitragem Administrativo, Coimbra, Wolters

KLUWER/COIMBRA EDITORA, 2010;

· Alguns problemas de Governo Fundacional in O Governo das Organizações — A vocação universal

DO CORPORATE GOVERNANCE, ALMEDINA, COIMBRA, 2011;

· As fundações como entidades adjudicantes in Revista dos Contratos Públicos, n.º 4, 2012;

Rua dos Aranhas nº 26, 9000-044 Funchal Tel.: +351 291 148 194

• Brevíssimo balanço do regime jurídico das pessoas colectivas de utilidade pública: uma perspectiva

FUNDACIONAL IN ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JORGE MIRANDA, IV VOLUME, COIMBRA,

COIMBRA EDITORA, 2012.

· EMPRESA E FUNDAÇÕES: UMA UNIÃO MAIS FORTE? IN REVISTA DE DIREITO DAS SOCIEDADES, ANO IV (2012),

N.º 1, COIMBRA, ALMEDINA.

· GOVERNO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (BREVÍSSIMO ENSAIO INTRODUTÓRIO JURÍDICO- NORMATIVO) IN O

GOVERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COIMBRA, ALMEDINA, 2013;

· Breve comentário ao âmbito de aplicação do Código do Procedimento Administrativo, na versão

RESULTANTE DA PROPOSTA DE REVISÃO IN DIREITO&POLÍTICA / LAW&POLITICS, N.º 4, JULHO-OUTUBRO 2013,

Loures, Diário de Bordo;

· A PROPÓSITO DO RECENTE DECRETO-LEI N.º 138/2013, DE 9 DE OUTUBRO: A ESCOLHA DOS PARCEIROS DO

ESTADO PARA PRESTAÇÕES DO ESTADO SOCIAL - EM PARTICULAR O CASO DAS IPSS NA ÁREA DA SAÚDE IN E-

PÚBLICA - REVISTA ELECTRÓNICA DE DIREITO PÚBLICO, N.º 1, JANEIRO 2014 (DISPONÍVEL EM: HTTP://E-

PUBLICA.PT/PDF/ARTIGOS/ AESCOLHA.PDF);

Fundações e Interesse Público, Coimbra, Almedina, 2014;

· O ALARGAMENTO DA JURISDIÇÃO DOS TRIBUNAIS ARBITRAIS IN GOMES, CARLA AMADO; NEVES, ANA

FERNANDA; E SERRÃO, TIAGO, O ANTEPROJECTO DA REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO NOS TRIBUNAIS

ADMINISTRATIVOS E DO ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS EM DEBATE, LISBOA, AAFDL,

2014, p. 421 A 429;

· O âmbito de aplicação do novo Código do Procedimento Administrativo: regressar a Ítaca in

GOMES, CARLA AMADO; NEVES, ANA FERNANDA; E SERRÃO, TIAGO, COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO DO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, LISBOA, AAFDL, 2015, p. 121 a 150;

· Seleção de administradores designados pelo Estado em fundações privadas com participação

PÚBLICA IN, A.A.V.V., A DESIGNAÇÃO DE ADMINISTRADORES, COIMBRA, ALMEDINA, 2015, P. 345 A 363;

· Interesse público e poder judicial in Repolês, Maria Fernanda Salcedo e, Dias, Mariz Tereza Fonseca

(org.), O Direito entre a Esfera Pública e a Autonomia Privada, Volume 2, Belo Horizonte, Editora

FÓRUM, 2015;

· AS VANTAGENS DA ARBITRAGEM NO CONTEXTO DOS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ADMINISTRATIVOS IN

GOMES, CARLA AMADO / FARINHO, DOMINGOS SOARES/ PEDRO, RICARDO (COORD.) ARBITRAGEM E DIREITO

PÚBLICO, LISBOA, AAFDL EDITORA, 2015, P. 485 A 502.

Rua dos Aranhas nº 26, 9000-044 Funchal Tel.: +351 291 148 194

· A SOCIEDADE COMERCIAL COMO EMPRESA SOCIAL - BREVE ENSAIO PROSPETIVO A PARTIR DO DIREITO POSITIVO

PORTUGUÊS IN REVISTA DE DIREITO DAS SOCIEDADES, ANO VII (2015), N.º 2, COIMBRA, ALMEDINA, P. 247-

270;

· GLOBAL (NORMATIVE) PUBLIC INTEREST AND LEGITIMACY: A COMMENT ON GABRIEL BIBEAU-PICARD IN E-

PUBLICA REVISTA ELETRÓNICA DE DIREITO PÚBLICO, N.º 6, DEZEMBRO 2015, DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.E-

PUBLICA.PT/VOLUMES/V2N3A15.HTML;

· (UN)SAFE HARBOUR: COMENTÁRIO À DECISÃO DO TJUE C-362/14 E SUAS CONSEQUÊNCIAS LEGAIS IN FORUM

DE PROTEÇÃO DE DADOS, N.º 02, JANEIRO 2016, P. 108-124;

· EMPRESA SOCIAL, INVESTIMENTO SOCIAL E RESPONSABILIDADE PELO IMPACTO IN IMPULSO POSITIVO, N.º 31,

JANEIRO/FEVEREIRO 2016, Pp. 42-43;

· A ARBITRAGEM E A MEDIAÇÃO NOS TÍTULOS DE IMPACTO SOCIAL: ANTECIPAR O FUTURO IN ARBITRAGEM

ADMINISTRATIVA, N.º 2, 2016, CAAD;

· REGRAS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: OS SERVIÇOS SOCIAIS E OUTROS SERVIÇOS ESPECÍFICOS IN MARIA

João Estorninho e Ana Gouveia Martins (coord.), Atas da Conferência - A Revisão do Código dos

Contratos Públicos, Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da

Universidade DE LISBOA, 2016, PP. 81-98, DISPONÍVEL

HTTP://WWW.ICJP.PT/SITES/DEFAULT/FILES/PUBLICACOES/FILES/EBOOK_REVISAOCCP_ICJP2016.PDF P. 81-97;

· O tratamento de dados pessoais na prossecução do interesse público e o Regulamento Geral de

PROTEÇÃO DE DADOS: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM IN MARTINS, ANA GOUVEIA ET AL. (ED.), "IX ENCONTRO DE

PROFESSORES DE DIREITO PÚBLICO", LISBOA, UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA, 2017, PP. 67-76;

· As políticas públicas de resolução alternativa de litígios: da alternatividade rumo à seleção

APROPRIADA IN RODRIGUES, MARIA DE LURDES ET AL. (ED.), "40 ANOS DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA EM PORTUGAL",

COIMBRA, ALMEDINA, 2017, Pp. 331-368;

· Contratação Pública e Inovação: uma reflexão lusófona de uma perspetiva portuguesa in

FONSECA, ISABEL CELESTE (Ed.), ATAS DA II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE COMPRAS PÚBLICAS, BRAGA,

Universidade do Minho, 2017.

· Serviços sociais e outros serviços específicos: o Leopardo e o Ornitorrinco entre os três setores

DE ATIVIDADE ECONÓMICA IN GOMES, CARLA AMADO; SERRÃO, TIAGO; E CALDEIRA, MARCO, COMENTÁRIOS À

REVISÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, LISBOA, AAFDL, 2017, p. 265-286.

· A responsabilidade do primeiro-ministro perante o presidente da República e a condição material

DO ARTIGO 195.º/2 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA: ENTRE A EXCEÇÃO E A INCONFESSADA

POLÍTICA IN PINTO, ANTÓNIO COSTA; E RAPAZ, PAULO JOSÉ CANELAS (ED.), PRESIDENTES E

(Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais,

2018;

· GOVERNAR MELHOR OS SERVIÇOS PÚBLICOS: EM DEFESA DOS "DEPARTAMENTOS TRANSVERSAIS" IN

"Constituição e Governança - V Seminário Luso-Brasileiro de Direito", Mendes, Gilmar Ferreira;

MORAIS, CARLOS BLANCO DE; E CAMPOS, CÉSAR CUNHA, BRASÍLIA, FGV PROJETOS, 2018.

· Os Centros de competências e estruturas partilhadas na Administração Pública portuguesa: uma

PRIMEIRA REFLEXÃO IN GOMES, CARLA AMADA; NEVES, ANA FERNANDA; E SERRÃO, TIAGO (COORD.),

"Organização Administrativa: Novos actores, novos modelos", Volume I, Lisboa, AAFDL, 2018, p.

693-712.

· AS FUNDAÇÕES PÚBLICAS EM PORTUGAL IN GOMES, CARLA AMADA; NEVES, ANA FERNANDA; E SERRÃO, TIAGO

(COORD.), "ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: NOVOS ACTORES, NOVOS MODELOS", VOLUME II, LISBOA, AAFDL,

2018, p. 5-56.

· Programas de integridade e governança das empresas estatais: uma visão portuguesa no contexto

DA UNIÃO EUROPEIA IN CUEVA, RICARDO VILLAS BÔAS; E FRAZÃO, ANA (COORD.), "COMPLICANCE:

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS PROGRAMAS DE CONFORMIDADE", BELO HORIZONTE, FÓRUM, 2018, P. 233-

249.

· A GOVERNANÇA DO SISTEMA PÚBLICO DE INCLUSÃO SOCIAL: NOTAS ESPARSAS PARA REFLEXÃO IN MENDES,

GILMAR FERREIRA; MORAIS, CARLOS BLANCO DE; CAMPOS CÉSAR CUNHA (ORG.), "REFORMA DO ESTADO

SOCIAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO", BRASÍLIA, FGV PROJETOS, 2019, P. 211-219.

· EMPREENDEDORISMO E INVESTIMENTO SOCIAL IN FARINHO, DOMINGOS SOARES & RODRIGUES, NUNO CUNHA,

TEXTOS DO I CURSO AVANÇADO DE DIREITO DA ECONOMIA E DO INVESTIMENTO SOCIAIS, LISBOA, AAFDL

EDITORA, 2019, p. 53-73.

· LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA INTERNET (EM CO-AUTORIA COM RUI LANCEIRO) IN ALBUQUERQUE, PAULO PINTO

(ORG.), COMENTÁRIO À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS, LISBOA, UNIVERSIDADE CATÓLICA

EDITORA, VOL. II, 2019, p. 1700-1739.

Rua dos Aranhas nº 26, 9000-044 Funchal Tel.: +351 291 148 194

· Delimitação do espectro regulatório de redes sociais in Nery, Nelson; Abboud, Georges; e Campos,

RICARDO, "FAKE NEWS E REGULAÇÃO", SÃO PAULO, THOMSON REUTEURS - REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2.ª

EDIÇÃO, 2020 P. 29-90.

· O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IN GOMES, CARLA AMADO; NEVES,

ANA F.; SERRÃO, TIAGO (COORD.), "COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO", VOLUME

I, LISBOA, AAFDL EDITORA, 5.ª EDIÇÃO, 2020, PP. 249-279.

· A LEGITIMIDADE POPULAR NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS IN CARLA AMADO GOMES; ANA F.

NEVES; E TIAGO SERRÃO (COORD.), "COMENTÁRIOS À LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ADMINISTRATIVA", VOLUME I,

LISBOA, AAFDL EDITORA, 5.ª EDIÇÃO, 2020, PP. 751-778.

· A Barreira Invisível: a dicotomia gestão pública/gestão privada e os regimes de responsabilidade

civil extracontratual aplicáveis ao Estado - Anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal do

ADMINISTRATIVO DE 23 DE ABRIL DE 2020, PROCESSO N.º 02431/09.1BELSB IN REVISTA DE DIREITO

Administrativo, Número Especial, Setembro '20, Carla Amado Gomes e Tiago Serrão (Coord.),

AAFDL EDITORA", PP. 45-56.

· A FINA LINHA VERMELHA: A FORMA DE EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA - AC. DO STA DE

13.2.2020, P. 1818/15.5BELSB IN CADERNOS DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, N.º 139, JANEIRO-FEVEREIRO

2020.

· Princípio da administração aberta: a evolução do direito positivo português in Freitas, Tiago

FIDALGO E ALVES, PEDRO DELGADO, "O ACESSO À INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA", COIMBRA, ALMEDINA,

2021", p. 7-30.

Todas as IPSS são entidades adjudicantes? Contributo para uma interpretação

CONSTITUCIONALMENTE CONFORME DO CRITÉRIO DO CONTROLO DE GESTÃO FACE AO ESTATUTO DAS IPSS:

COMENTÁRIO AO ACÓRDÃO DO TCA DO SUL, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019, P.º N.º 836/19.9BELSB IN REVISTA

DOS CONTRATOS PÚBLICOS, CEDIPRE, N.º 25, 2021, PP. 131-152.

· ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA — CONTRIBUTO PARA A DELIMITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS DAS FEDERAÇÕES DESPORTIVAS IN E-PÚBLICA REVISTA ELETRÓNICA DE DIREITO

Público, Vol. 8, N.º 1, Abril 2021.

· Serviços Sociais e outros serviços específicos in Gomes, Carla Amado; Serrão, Tiago; e Caldeira,

MARCO, COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, LISBOA, AAFDL EDITORA, 2021, P. 613-634.

Rua dos Aranhas nº 26, 9000-044 Funchal Tel.: +351 291 148 194

· A RIGHT OF ACCESS TO STATE-HELD INFORMATION CONCERNING THE EDUCATION AND WORK HISTORY OF

(ELECTED) CANDIDATES FOR PARLIAMENT IN EUROPEAN DATA PROTECTION LAW REVIEW, VOLUME 7 (2021),

ISSUE 2, PP. 327 - 335.

· THE PORTUGUESE CHARTER OF HUMAN RIGHTS IN THE DIGITAL AGE: A LEGAL APPRAISAL IN REVISTA ESPAÑOLA

DE LA TRANSPARENCIA NÚMERO 13 (SEGUNDO SEMESTRE. JULIO - DICIEMBRE 2021), PP. 85-105.

· The New "RIGHT TO PROTECTION AGAINST DISINFORMATION" IN PORTUGAL IN E-PÚBLICA, VOL. 8, N.º 3, 2021,

PP. 79-97 (DISPONÍVEL EM: HTTPS://WWW.E-PUBLICA.PT/VOLUMES/V8N3A06.HTML).

· FUNDAMENTAL RIGHTS AND CONFLICT RESOLUTION IN THE DIGITAL SERVICES ACT PROPOSAL: A FIRST APPROACH

IN E-PÚBLICA, VOL. 9, N.º 1, PP. 75-103.

· MODELS OF LEGAL LIABILITY FOR SOCIAL NETWORKS: BETWEEN GERMANY AND PORTUGAL (WITH RICARDO

RESENDE CAMPOS) IN MORAIS, CARLOS BLANCO; MENDES, GILMAR FERREIRA; AND VESTING, THOMAS, THE

RULE OF LAW IN CYBERSPACE, CHAM: SPRINGER, 2022, Pp. 331-348

· Self-Regulation and Public Regulation of Social Networks in Portugal in Morais, Carlos Blanco;

Mendes, Gilmar Ferreira; and Vesting, Thomas, The Rule of Law in Cyberspace, Cham: Springer,

2022, PP. 349-385

· Os direitos humanos no Regulamento serviços Digitais (Digital Services Act) da União Europeia in

Duarte, Maria Luísa; Gil, Ana Rita; e Freitas, Tiago Fidalgo de, Direitos Humanos e Estado de

DIREITO: PROTEÇÃO NO QUADRO EUROPEU E INTERNACIONAL, LISBOA, AAFDL, 2022.

· Interesse público e exercício de autoridade pública como fundamentos de licitude de tratamento

DE DADOS PESSOAIS IN FARINHO, DOMINGOS SOARES; MARQUES, FRANCISCO PAES; E FREITAS, TIAGO FIDALGO

DE, "DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS - PERSPETIVAS PÚBLICAS E PRIVADAS", COIMBRA, ALMEDINA, 2023, PP.

157-182.

· Comentários aos artigos 4.º/1, 4.º/3, 6.º/1/f) (especificamente sobre i) Marketing, ii) Big Data,

AND III) GRAVAÇÕES VÍDEO), 18.º, AND 98.º IN PROF. DR. INDRA SPIECKER GEN. DÖHMANN, LL.M.

(Georgetown), Prof. Dr. Vagelis Papakonstantinou, Prof. Dr. Gerrit Hornung, Prof. Paul De Hert

(ED.), "GENERAL DATA PROTECTION REGULATION - ARTICLE-BY-ARTICLE COMMENTARY", BERLIN, NOMOS,

2023.

· O REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DIGITAIS DA UNIÃO EUROPEIA (EU DIGITAL SERVICES ACT): UMA VISÃO A

PARTIR DO DIREITO ADMINISTRATIVO REGULATÓRIO IN RDA - REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, N.º 18,

AAFDL, 2023, pp. 29-41

· A TUTELA DO ESTADO SOBRE AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS) IN AROSO DE

Almeida, Mário et al., "Estudos em Homenagem à Professora Doutora Maria da Glória F. P. D.

GARCIA", VOLUME I, LISBOA, UCP EDITORA, 2023, PP. 625-643.

· Comentário ao Acórdão n.º 268/2022 do Tribunal Constitucional português: a aplicação do

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NO CONTROLO DE RESTRIÇÕES AOS DIREITOS À RESERVA DA INTIMIDADE DA

VIDA PRIVADA E À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA IN E-PÚBLICA, VOL. 10, ISSUE 2, 2023, PP. 206-227.

· O Direito do ordenamento do território e o procedimento de aplicação dos fundos europeus in

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA; MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES; CORREIA, JORGE ALVES, E GONÇALVES, PEDRO

COSTA, "ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR FERNANDO ALVES CORREIA", VOL. 2, COIMBRA,

ALMEDINA, 2023, PP. 179-221;

· GOVERNAÇÃO A VÁRIOS NÍVEIS NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA — ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA REGIONAL

"ALGARVE 2030", LISBOA, AAFDL EDITORA, 2023.

E.2.) Conferências (apenas últimos 2 anos)

Novembro 2021 - Orador no TRIIAL (Trust, Independence, Impartiality, Accountability Of

Judges And Arbitrators Safeguarding The Rule Of Law Under The Eu Charter)) - Estado de

Direito, com uma intervenção subordinada ao tema "Arbitragem de conflitos entre direitos

fundamentais online" (5.11)

Novembro 2021 - Orador no IX Fórum Jurídico de Lisboa, com uma intervenção subordinada

ao tema "Liberdade de expressão na esfera pública digitalizada" (16.11)

Dezembro 2021 - Orador na Conferência sobre os 60 anos de "The Concept of Law" de HLA

Hart, com uma intervenção subordinada ao tema ""A Moral e os limites do Direito: incerteza,

ineficiência e regras de decisão judicial" (6.12)

Abril 2022 – Orador nos Encontros do FIBE – Fórum de Integração Brasil-Europa "O Futuro da

Regulação Estatal" com uma intervenção sobre a regulação de plataformas online (19.04)

Maio 2023 - Orador no painel "Governança e Ética nas soluções de inteligência artificial do

Poder Judiciário" na Conferência Expojud que decorreu na FDUL (24.05)

Rua dos Aranhas nº 26, 9000-044 Funchal

Junho 2023 - Apresentação do paper "Personal Data Processing of Online Platforms' and

Search Engines' Users: The case of the EU Digital Services Act" no Privacy Forum na

Universidade de Serviço Público em Budapeste, Hungria (08.06)

Junho 2023 - Orador no painel "Inteligência Artificial e Governança Algorítmica: Desafios

Regulatórios" no XI Fórum Jurídico de Lisboa (27.06)

Julho 2023 – Moderador do painel "Platform regulation" na Conferência anual ICON-S em

Wellington, Nova Zelândia (5-7.11)

Outubro 2023 - Orador no 1° Congresso de Segurança Social Almedina com um intervenção

subordinada ao tema "Regulação do setor da segurança social" (12.10)

Novembro 2023 - Orador no Congreso Internacional "Plataformas digitales y control del

discurso em el marco de la digital services act" na Facultad de Derecho, Universidad de Sevilla,

com uma intervenção subordinada ao tema "Mecanismos de seguridad de la información en

plataformas en línea: moderación de contenido, indicadores de confianza, regulación pública

e investigadores" (11.11)

Novembro 2023 - Orador na Belgrade Legal Philosophy Week 2023 "Al and Law", com uma

apresentação sobre "The AI Act: a Hohfeldin approach" (15.11)

Novembro 2023 - Orador na Belgrade Legal Philosophy Week 2023 "Al and Law Conference",

com intervenção sobre "Al and Interpretation: what could go wrong?" (18.11)

F) ASSOCIAÇÕES A QUE PERTENCE

ATFD – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TEORIA DO DIREITO, FILOSOFIA DO DIREITO E FILOSOFIA SOCIAL

ANIMAR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

G) IDIOMAS PROFISSIONAIS

Inglês

Francês



Castelhano